JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS / Nº 179 DEZEMBRO / 2016

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Amagis vai ao STF contra retrocessos

AMAGIS

Reunião no gabinete da ministra Cármen Lúcia

Com dirigentes de outras Associações e o presidente eleito da AMB, Jayme de Oliveira, o presidente da Amagis, Maurício Soares, faz a defesa de direitos da classe em reunião com a presidente do STF, Cármen Lúcia, realizada no dia 29 de novembro. **PÁGINA 4**

União e celebração festiva

ROBERTO ROCHA

Evandro Mesquita animou o congraçamento da magistratura

Mais de 600 magistrados mineiros e familiares participaram do Encontro de Confraternização da Magistratura, em Belo Horizonte, no dia 2 de dezembro, em noite de união, embalada pela banda Blitz. **PÁGINAS 5 a 7**

Comissão debate segurança
PÁGINA 8

Novos critérios para promoção
PÁGINA 10

Colônia renovada para férias
PÁGINA 18

Geriatria dá qualidade de vida
PÁGINA 23

Atuação em defesa dos direitos que são intocáveis e invioláveis

MAURÍCIO SOARES*

A iníciativa de instalar comissão parlamentar para investigar salários em outros poderes, como pretendem setores do Congresso Nacional, é mais uma ação da campanha de enfraquecimento do Sistema de Justiça, em flagrante desrespeito à autonomia e independência do Judiciário e do Executivo. Ao contrário dos outros poderes, o Judiciário é o único que conta com um órgão de controle interno, o Conselho Nacional de Justiça, que tem por missão aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito à transparência administrativa e processual.

Pesquisar salários, como querem fazer, é uma explícita tentativa de constranger ou retaliar juízes e membros do Ministério Público, especialmente no momento em que protagonizam histórico combate à corrupção. Os magistrados não recebem vencimentos acima do teto constitucional. Ao contrário. Desde a instituição do sistema de subsídios, em 2005, o dispositivo constitucional que garante correções anuais, para manter seu poder de compra, foi seguidamente descumprido em pelo menos cinco anos, causando perdas de mais de 40%.

Antes disso, os consecutivos desrespeitos aos vencimentos geraram diferenças (URV, equivalência, férias não-gozadas), que, quando pagas, trazem críticas e desconfianças em mais uma manifestação que ignora direitos. Há muito defendemos a instituição de um projeto de remuneração estável, transparente, equilibrado, com reconhecimento à dedicação à carreira e capaz de assegurar anual recomposição dos subsídios, sempre, nos termos da Constituição Federal e das leis. Agora, sob o argumento de controle da crise fiscal, resultado de má-gestão e malfeitos, querem transformar o Judiciário em bode expiatório.

Como sempre, em toda a sua trajetória de 61 anos, a Amagis está atenta, vigilante e integrada a outras Associações de Magistrados em permanente atuação em defesa das prerrogativas e em rejeição a cortes e a quaisquer retrocessos. O vigor e a disposição, historicamente demonstrados em favor de nossas conquistas, serão também nossas armas em defesa da manutenção dos direitos e garantias constitucionais da Magistratura nacional e mineira.

Foi essa mesma e incansável mobilização que barrou retrocessos institucionais de várias PECs, por meio de intensa interlocução junto a deputados e senadores e que culminou com os atos públicos do dia 8 de agosto, em Brasília, de 4 de outubro, em Minas, e 5 de outubro, novamente na capital federal. No dia 1º de dezembro, participamos também do 'Ato Contra a Impunidade e a Corrupção - Magistratura e Ministério Público em Defesa da Justiça' diante do Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

> ***"O vigor e a disposição serão nossas armas em defesa da manutenção dos direitos e garantias constitucionais"***

Em parceria com outras Associações, iremos intensificar, diuturnamente, nossa interlocução junto ao Congresso Nacional, para acompanhar a tramitação e reforçar a interlocução junto a cada parlamentar em defesa da reprovação de projetos que visam, exclusivamente, afetar a classe, subtraindo direitos e criminalizando a ação judicante. Estamos juntos e mais fortalecidos por entendermos que os direitos e conquistas da Magistratura são intocáveis e invioláveis.■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Magistrados fazem novo ato em Brasília **PÁG 03**

Associações defendem Magistratura no DF **PÁG 04**

Defesa dos direitos reforça união da classe **PÁG 05**

Comissão de segurança **PÁG 08**

Jayme de Oliveira vence e assume AMB neste mês **PÁG 09**

Critérios mais objetivos em promoção por merecimento **PÁG 10**

Meta de 7 mil audiências de conciliação por mês **PÁG 11**

Tecnologia garante Justiça célere **PÁG 12**

TRE reprova novos prazos eleitorais **PÁG 15**

TJ estuda ações para doação de medula **PÁG 17**

Colônia está pronta para as férias **PÁG 18**

+SAÚDE!

Qualidade de vida **PÁG 23**

Campanha debate saúde do homem **PÁG 24**

JORNAL MENSAL
ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro: Desembargador Alberto Diniz Júnior
Vice-presidente de Saúde: Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz José Martinho Nunes Coelho
Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário: Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária: Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas: Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441, Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188, Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634, Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação: Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão: Gráfica e Editora Del Rey
TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Magistrados fazem novo ato em Brasília

Manifestação feita no STF denunciou campanha contra o Judiciário

A magistratura brasileira protagonizou, no dia 1º de dezembro, ao lado de promotores de todo o País mais um importante episódio em defesa do sistema de Justiça. Mais de 400 representantes de Associações de classe participaram do "Ato Contra a Impunidade e a Corrupção: Magistratura e Ministério Público em Defesa da Justiça", realizado em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Frente Associativa da Magistratura Mineira e Ministério Público (Frentas).

Na ocasião, foi entregue à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, a "Carta Aberta da Magistratura e do MP Contra a Corrupção e a Impunidade", na qual a Frentas destaca que a independência da Magistratura e do Ministério Público é também a garantia constitucional da cidadania. A frente associativa denuncia ainda que a iniciativa de certos parlamentares tem como objetivo criminalizar algumas atividades judiciais e ministeriais.

Durante a mobilização, da qual participaram vários magistrados, entre eles mineiros, e promotores, manifestaram sua indignação contra projetos em tramitação no Congresso Nacional, como a aprovação pela Câmara dos Deputados, na madrugada do dia 30 de novembro, de emendas que alteraram o pacote de combate à corrupção.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL), que, no dia 30 de novembro, rejeitou o requerimento de urgência para a votação imediata do Projeto de Lei no Senado Federal, participou do ato e informou que apresentará um substitutivo à proposta, que esteja de acordo com os anseios da sociedade. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, declarou que o ato tem como finalidade defender as instituições e o povo brasileiro, e lamentou a ofensiva de parte do Congresso contra o pacote anticorrupção.

Em Minas, outra mobilização foi realizada em frente ao prédio da Justiça Federal, em Belo Horizonte. Para o juiz Maurício Pinto Ferreira, diretor da 1ª Seccional da Amagis, que participou do ato na capital mineira, é um absurdo tentar impedir que os juízes atuem com independência.■

GEORGIA BAÇVAROFF

Ministra Cármen Lúcia recebe carta da Frentas

GEORGIA BAÇVAROFF

Juízes mineiros durante ato no STF

IZABELA MACHADO

Ato em frente à Justiça Federal, em BH

Associações defendem Magistratura no DF

Dirigentes reuniram-se com a presidente do STF e do Senado

Antes mesmo do "Ato Contra a Impunidade e a Corrupção: Magistratura e Ministério Público em Defesa da Justiça", realizado no dia 1º de dezembro, dirigentes de Associações estaduais, entre eles o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, já se encontravam em Brasília para intensificar as conversas com os parlamentares no Congresso Nacional.

No dia 29 de novembro, o presidente Maurício Soares, o presidente eleito da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e representantes de Associação de classe reuniram-se com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, para, a convite dela, discutirem temas como os projetos que tramitam no Congresso e que podem ter como consequência um forte retrocesso no Sistema de Justiça. Os dirigentes encontraram-se ainda com o presidente Michel Temer para apresentar a pauta de discussões da classe.

Após as reuniões, os representantes das Associações foram ao Congresso Nacional, onde foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador Eunício de Oliveira. Ainda se reuniram com o senador Pedro Chaves, para os quais manifestaram sua preocupação com as propostas referentes ao Sistema de Justiça, que tramitam no Congresso. Maurício Soares encontrou-se ainda como o deputado paranaense Fernando Francischini.

AMAGIS

Encontro com Pedro Chaves, Fernando Francischini e Renan Calheiros

Com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, na madrugada do dia 30 de novembro, de emendas que alteraram o pacote de combate à corrupção, as Associações de classe, entre elas a Amagis, decidiram redobrar o contato com os parlamentares e se mantiveram mobilizados na defesa do sistema de Justiça.■

Notas contestam distorção de projeto

Presidentes do STF, da Amagis e AMB criticaram votações da Câmara

A aprovação de emendas ao pacote anticorrupção, no dia 30 de novembro, gerou uma firme reação das Associações de classe, como Amagis e AMB, e do STF, que manifestaram sua indignação com o resultado da votação na Câmara dos Deputados.

Em nota oficial, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, reafirmou seu respeito ao princípio da separação de poderes, mas lamentou a inclusão do texto que pode contrariar a independência do Judiciário. "Pode-se tentar calar o juiz, mas nunca se conseguiu, nem se conseguirá, calar a Justiça", concluiu.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, divulgou nota na qual disse que a medida compromete a autonomia do Sistema de Justiça. "Trata-se de tentativa de intimidação e de amordaçamento, afetando diretamente a independência judicial", afirmou.

A AMB se pronunciou e, em nota assinada pelo presidente João Ricardo Costa, afirmou que a magistratura não se intimidará e irá reagir a um dos maiores retrocessos já vistos.■

Defesa dos direitos reforça união da classe

Cerca de 600 pessoas participaram do congraçamento da magistratura

GGF PRODUÇÕES

Maurício Soares reafirmou atuação permanente em 2017

Em um ano marcado por crises no cenário político e econômico, a diretoria da Amagis intensificou sua atuação nas comarcas do interior e em Brasília, para garantir as conquistas da classe e denunciar ameaças de retrocessos constitucionais e institucionais no Sistema de Justiça.

Uma das primeiras consequências dessa jornada – o fortalecimento da união da classe – pôde ser notada no Encontro de Congraçamento da Magistratura, realizado no dia 2 de dezembro, do qual participaram 600 pessoas, entre magistrados e seus familiares. A noite de confraternização foi embalada pelo show da Banda Blitz.

Em sua saudação, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, ressaltou que a Associação se mantém vigilante e integrada a outras Associações que representam magistrados em todo o País, atuando na defesa das prerrogativas da classe. "Estamos juntos e mais fortalecidos por entendermos que os direitos e conquistas da Magistratura são intocáveis e invioláveis", disse Maurício Soares ao afirmar que a atuação permanente continuará em 2017.

O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, disse que a magistratura respondeu às adversidades com as armas da legitimidade. "Dessa vez, não será diferente. A magistratura mineira sempre alicerçou a magistratura brasileira. Temos nossos líderes que empenham trabalho e esforços incansáveis na defesa da magistratura, como o presidente do TJ, Herbert Carneiro, e o presidente da Amagis, Maurício Soares", disse.

Para o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, o congraçamento foi uma prova de que a magistratura mineira está unida e firme no propósito de defender suas prerrogativas. "Temos Associações fortes, como a Amagis e a AMB, que estão atentas a todo e qualquer movimento que tenha como objetivo atingir negativamente a nossa classe", comentou.

TRABALHO E UNIÃO

O percurso traçado para a consolidação da união da classe teve início no dia 22 de fevereiro, quando a diretoria da Associação esteve na Comarca de Divinópolis (Oeste de Minas), retomando o processo de gestão itinerante. Ao todo, o presidente Maurício Soares realizou reuniões em 13 comarcas. Além de integrar os juízes com as ações da Amagis, os encontros no interior contribuíram decisivamente para a formulação de políticas que foram levadas para as reuniões da AMB, em Brasília.

O primeiro embate nacional aconteceu no dia 2 de março, quando a atuação conjunta das Associações barrou a aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei que criaria teto remuneratório para todo o funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal.

A articulação foi intensificada e, no dia 29 de julho, a Amagis e a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) realizaram a primeira reunião para discutir estratégias contra os projetos que podem ter como consequência o retrocesso institucional do Sistema de Justiça.

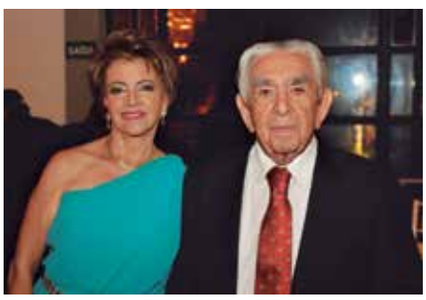
Poucos dias depois, cerca de 400 magistrados, defensores públicos, Ministério Público e auditores públicos participaram, no dia 8 de agosto, do ato público realizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Menos de dois meses depois, a magistratura mineira deu uma demonstração de força e união, participando na capital e no interior, do Ato em Defesa do Sistema de Justiça realizado pela Amagis, no dia 4 de outubro, em parceria com a AMMP, fortalecendo o ato nacional promovido pela Frentas no dia seguinte.

No dia 25 de novembro, a diretoria da Amagis reuniu-se, na sede da Associação, para discutir iniciativas que poderiam ser realizadas ainda neste ano, como a participação, no dia 1º de dezembro, no "Ato contra a impunidade e corrupção: Magistratura e Ministério Público em defesa da Justiça" (veja mais na página 03), e planejar ações em defesa dos interesses da classe para 2017.■

Congraçamento da Magistratura 2016

FOTOS: ROBERTO ROCHA



Congraçamento da Magistratura 2016

Comissão de segurança

Amagis irá estudar e propor política de segurança ao TJMG

TIAGO PARRELA

Comissão de Segurança reunida na sede da Amagis

Na primeira quinta-feira de cada mês, a Comissão Permanente de Segurança da Amagis tem se reunido, na sede da Associação, com o seguinte propósito: contribuir com a política de segurança dos magistrados mineiros, conforme afirmou o presidente da Comissão, desembargador José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça.

Segundo o magistrado, para alcançar esse objetivo, o grupo pretende analisar a política de segurança proposta pelo Conselho Nacional de Justiça, intensificando o contato com o órgão, analisar as práticas adotadas em outros estados, e manter um diálogo constante com o Centro de Segurança Institucional do TJMG, presidida pelo desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho, além das propostas dos magistrados.

Para Furtado de Mendonça, é importante que a comissão agregue esforços no fortalecimento das ações de segurança, tornando-se mais um canal na defesa das prerrogativas dos magistrados, atuando de forma articulada com os órgãos de segurança pública e o próprio Tribunal.

O planejamento da comissão inclui reuniões com representantes das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar, Civil e do Exército. Na avaliação do desembargador, o conhecimento e a experiência dos integrantes da comissão, como o juiz Wagner de Oliveira Cavalieri, que é oficial da reserva do Exército Brasileiro e ex-delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, é mais um elemento que contribui para o trabalho do grupo.

Envie sugestões para comissaodeseguranca@amagis.com.br

REGISTRO DE ARMAS

Uma das preocupações demonstrada pelo presidente da Comissão de Segurança da Amagis está relacionada com o uso de armas de fogo pelos magistrados. Para ele, é importante que sejam realizados cursos de defesa pessoal, para evitar situações em que os juízes adquirem arma sem a capacitação necessária. O desembargador disse ainda que a comissão só fará renovação de registro de armas para uso pessoal dos magistrados.

Furtado de Mendonça destacou também a importância da atuação do Departamento Jurídico da Amagis na comissão, coordenado pelo advogado José Eduardo Vecchi Prates.■

COMISSÃO DE SEGURANÇA DA AMAGIS

Presidente:
Desembargador José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça

Vice-presidente:
Juiz Eduardo Gomes dos Reis

Membros:
Juiz Ronan de Oliveira Rocha
Juiz Wagner de Oliveira Cavalieri
Juíza Andréa Cristina de Miranda Costa

Secretário:
José Eduardo Vecchi Prates

TJMG paga indenização de férias

Pagamento foi feito no contracheque do final de novembro

Pouco mais de uma semana após o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, ter requerido a quitação aos magistrados de indenização de férias suspensas, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, deferiu, no dia 9 de novembro, o pedido autorizando que o pagamento fosse feito no contracheque entregue no final do último mês.

De acordo como determinação do Conselho Nacional de Justiça, para serem indenizados, os magistrados devem ter 30 dias de férias suspensas. No ofício, o presidente da Amagis solicitou ainda que fosse analisado o caso dos juízes com pleitos de indenização referentes ao primeiro e segundo semestre de 2016, que não tiveram os respectivos períodos contabilizados.■

Jayme de Oliveira vence e assume AMB neste mês

Amagis entregou documento ao futuro presidente

Composta por 22 magistrados mineiros e encabeçada pelo juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, a chapa AMB Forte, Representativa e independente foi eleita, no dia 11 de novembro, com 5.537 votos, dos quais 533 foram de magistrados mineiros (72% da votação em Minas). A posse da futura diretoria, que estará à frente da Associação no triênio 2017/2019, será no dia 15 de dezembro.

Em mensagem enviada no dia 16 de novembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, congratulou o juiz Jayme Martins e sua diretoria pela eleição, reiterando a parceria pelo aperfeiçoamento do Judiciário, valorização e unidade da magistratura, desejando ainda sucesso na gestão no próximo triênio.

DIÁLOGO

No dia 4 de novembro, durante o VI Encontro Nacional dos Juízes Estaduais (Enaje), realizado em Porto Seguro, o presidente Maurício Soares entregou a Jayme Martins as propostas da magistratura mineira para a futura gestão da AMB. Na ocasião, as contribuições também foram entregues aos juízes Michel Curi e Gervásio Santos, que também disputavam a presidência da AMB na eleição deste ano.

Entre as contribuições da magistratura mineira estão propostas como a recomposição automática e anual dos subsídios, valorização da permanência na carreira com o resgate do ATS (VTM), pagamento isonômico dos créditos devidos e já reconhecidos, fim da contribuição previdenciária a aposentados e pensionistas e criação de um plano nacional de segurança.

MINEIROS ELEITOS

Os magistrados mineiros eleitos são: vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos: Nelson Missias de Morais; assessores da presidência: Tiago Pinto e Miriam Vaz Chagas; coordenadoria regional dos aposentados: Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo; subcoordenador regional da Justiça Estadual: Lailson Braga Baeta Neves; Secretaria de Prerrogativas: Edmundo José Lavinas Jardim e Dalmo Luiz Silva Bueno; Escola Nacional da Magistratura: Marcelo Piragibe (diretor-presidente); Aldina de Carvalho Soares (secretária-geral); Caetano Levi Lopes (coordenador pedagógico); Jayme Silvestre Corrêa Camargo (coordenadoria sudeste); Secretaria de Assuntos Institucionais: Ivone Guilarducci Cerqueira; Secretaria de Assuntos Legislativos: Reynaldo Ximenes Carneiro e Morvan Rabelo de Rezende; Secretaria de Planejamento Estratégico e Previdência: Rosimere Graças do Couto; Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania: Fabiana da Cunha Pasqua, Luiz Carlos Rezende e Santos e José Alfredo Jünger de Souza Vieira; Secretaria de Infância e Juventude: Valéria da Silva Rodrigues; Secretaria de Segurança de Magistrados: Wanderley Salgado de Paiva; Diretoria de Futebol: Thiago Grazziane Gandra e Secretaria de Esportes: José Aluísio Neves da Silva.■

Maurício Soares e Jayme de Oliveira

AMB Forte, Independente e Representativa

Presidente
- Jayme Martins de Oliveira Neto

Vice-presidentes
- Nelson Missias de Morais *(Amagis-MG)*
- Renata Gil de Alcântara Videira *(Amaerj)*
- Heyder Tavares da Silva Ferreira *(Amepa)*
- Maria Isabel da Silva *(Amagis -DF)*
- Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira *(Amab)*
- José Arimatéa Neves Costa *(Amam)*
- Paulo César Alves das Neves *(Asmego)*
- Francisco Borges Ferreira Neto *(Ameron)*
- Julianne Freire Marques *(Asmeto)*
- Jerson Moacir Gubert *(Ajuris)*

Coordenadoria da Justiça Estadual
- Frederico Mendes Júnior *(Amapar)*

Coordenadoria da Justiça do Trabalho
- Diego Petacci (*Amatra II/SP)*

Coordenadoria da Justiça Federal
- Renata Andrade Lotufo *(Ajufe)*

Coordenadoria da Justiça Militar
- Paulo Adib Casseb (*Amajme)*

Coordenadoria dos Aposentados
- Alemer Ferraz Moulin *(Amages)*

Conselho Fiscal
- Helvécio de Brito Maia Neto *(Asmeto)*
- Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira *(Apamagis)*
- José Anselmo de Oliveira *(Amase)*

Critérios mais objetivos em promoção por merecimento

Propostas foram debatidas em audiência na Amagis

Fruto do diálogo institucional entre o TJMG e a Amagis, o Tribunal promoveu, no dia 4 de novembro, na sede da Associação, audiência pública para debater a minuta de alteração da Resolução 495, de 17 de janeiro de 2006, que dispõe sobre os critérios de promoção e remoção de magistrados por merecimento.

De acordo com a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Cristiana Gualberto, que representou o presidente Maurício Soares, que participava do VI Enaje, o objetivo da discussão é fixar critérios mais objetivos para a promoção por merecimento.

IZABELA MACHADO

Debate aconteceu no auditório da Amagis

Segundo a magistrada, uma das principais novidades do texto deve ser a aplicação de estatística para aferir a nota dos magistrados com relação à produtividade de cada um deles. Cristiana Gualberto disse ainda que estão sendo observadas as normas do CNJ para que as adequações na resolução sejam feitas.

Na ocasião, o desembargador Afrânio Vilela, relator da matéria, afirmou que as sugestões serão analisadas pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias. "A reunião, realizada na Amagis, a casa dos magistrados mineiros, é talvez o momento de maior democracia no Poder Judiciário", reconheceu o desembargador. O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, foi representado pelo juiz assessor da presidência Thiago Colnago.

A Amagis irá acompanhar as discussões sobre as alterações na resolução referente aos critérios de promoção e remoção por merecimento, particularmente no Órgão Especial, onde participa de todas as sessões. ■

Gestão integra Minas

Muriaé foi a 13ª comarca visitada pela Amagis

No dia 21 de novembro, a Gestão Itinerante da Diretoria da Amagis alcançou, em dez meses de atuação, sua 13ª comarca com a realização da reunião entre o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e os juízes de Muriaé e da região da Zona da Mata Mineira.

Definida como uma das prioridades de sua gestão, o presidente Maurício Soares deu início ao processo de Gestão Itinerante no dia 22 de fevereiro, na Comarca de Divinópolis, quando fixou o eixo da política a ser construída com os magistrados que atuam no interior do estado, tendo como objetivo a unidade da classe.

GEORGIA BAÇVAROFF

Maurício Soares com juízes da Zona da Mata

Na ocasião, o presidente da Associação afirmou que os encontros seriam importantes para ampliar o diálogo com os magistrados, informando as ações desenvolvidas pela Amagis e, principalmente, ouvindo seus pleitos a fim de garantir a ampla defesa dos interesses da classe tanto em nível estadual quanto nacional.

A partir do acúmulo das discussões com os juízes do interior e da capital, Maurício Soares entregou ao presidente eleito da AMB, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, no dia 4 de novembro, as propostas da magistratura mineira para o triênio 2017/2019.

Em Muriaé, a diretora da Seccional da Amagis na Comarca, juíza Aline Arquette, ressaltou que a presença do desembargador Maurício Soares nas comarcas não só demonstra o respeito que ele tem pela classe, mas faz com que os juízes do interior se sintam acolhidos e protegidos. ■

Meta de 7 mil audiências de conciliação por mês

Minas ganha fórum para impulsionar a pacificação social

RENATA CALDEIRA / TJMG

Carlos Levenhagen, Herbert Carneiro, Fernando Pimentel, Saulo Versiani e Cármen Lúcia

Inaugurado na abertura da Semana Nacional da Conciliação 2016, no dia 21 de novembro, o Fórum de Mediação, Conciliação e Cidadania de Belo Horizonte, celebrou 1.453 acordos durante a campanha e tem a previsão promover 7 mil audiências por mês.

O prédio conta com 30 salas de audiências, das quais 20 são para o setor processual, cinco para o pré-processual, cinco para mediação e abriga ainda um posto para orientação ao cidadão. De acordo com o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Saulo Versiani Penna, a expectativa é de que o fórum, onde passou a funcionar o Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania da Capital (Cesjusc-BH), seja um espaço de implementação de garantias e promoção da cidadania.

Na avaliação do juiz Renan Chaves Carreira Machado, coordenador do Cejusc-BH, o novo fórum representou não só um ganho quantitativo, mas também qualitativo, na medida em que a estrutura possibilita uma otimização do trabalho do Centro.

Segundo o magistrado, quando o Cesjusc funcionava no Fórum Lafayette, a distribuição das secretarias e gabinetes era muito fragmentada. De acordo com ele, com a nova estrutura, os setores estão melhores distribuídos, dando mais dinâmica ao trabalho. Machado destacou ainda a importância dada ao acolhimento ao cidadão no novo prédio, que pode influenciar positivamente nas audiências.

INAUGURAÇÃO

Presente na inauguração, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, destacou que essa foi a primeira edição da Semana Nacional na vigência do Novo Código de Processo Civil, que dá prioridade aos procedimentos conciliatórios. Para a ministra, é fundamental que os juízes deem uma resposta final aos processos, e a conciliação é a modalidade em que as próprias partes chegam a um acordo.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, ressaltou que, historicamente, o Tribunal já investia na implantação de solução de conflitos por meio de consensos, por meio de inciativas como a atuação do juiz voluntário nos antigos Juizados de Conciliação e com a criação das Centrais de Conciliação nas Varas de Família. "Quanto mais pacíficos os meios utilizados, mais a sociedade se aprimora e demonstra o seu amadurecimento e sua aptidão para enfrentar os próprios problemas, e a maior beneficiária dessa cultura é a própria sociedade", afirmou.■

Sistema auxiliará juízes em ações

Banco de dados reunirá informações sobre remédios e tratamentos

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, anunciou, no dia 14 de novembro, durante reunião com presidentes dos Tribunais de Justiça, realizada em Brasília, que a plataforma com dados para auxiliar os juízes nos julgamentos de saúde estará disponível até o final do ano.

O sistema desenvolvido por meio de um convênio com o Hospital Sírio-Libanês disponibilizará dados sobre remédios e tratamentos. O termo de cooperação assinado entre o Conselho e o Ministério da Saúde, em agosto, prevê a criação do banco de dados e reunirá notas técnicas, análises de evidências científicas e pareceres técnicos e científicos emitidos por núcleos do Judiciário e de avaliação em tecnologia na área de saúde.

Nos próximos três anos, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde, o hospital Sírio Libanês investirá R$ 15 milhões para criar toda a estrutura do banco de dados.■

TECNOLOGIA GARANTE JUSTIÇA CÉLERE

Recursos inovadores conferem agilidade aos processos judiciais

AMAGIS

Audiências já são gravadas nas Varas de Tóxicos da capital

IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

Até o final deste ano, quase metade da população mundial estará usando a internet, de acordo com relatório da União Internacional de Telecomunicações (ITU, na sigla em inglês) da ONU, divulgado em novembro. Para acompanhar essa evolução, a modernização tecnológica do Poder Judiciário se faz ainda mais necessária, com o emprego de um número cada vez maior de recursos inovadores e sistemas interligados.

Na Comarca de Pará de Minas (Oeste), **aplicativos como WhatsApp e Telegram vêm sendo utilizados não só para a troca de experiências e intercâmbio profissional, mas também para decisões judiciais em medidas urgentes.**

O juiz Pedro Camara Raposo Lopes, da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Precatórias Criminais de Pará de Minas, cita o caso de um reeducando que se achava em cumprimento de pena na Penitenciária Dr. Pio Canedo, atualmente no regime semiaberto, e requereu autorização para se submeter ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2016.

O reeducando devia ficar recolhido durante os finais de semana, e como os autos do processo haviam acabado de chegar do Ministério Público, sem conclusão, o juiz recebeu o pedido da unidade jurisdicional durante seu plantão. Como já era sábado, próximo do horário da realização do Enem, o magistrado digitou sua decisão no aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp e a encaminhou para a unidade prisional, onde foi impressa, valendo como salvo-conduto. Assim, o reeducando pôde comparecer ao exame.

Segundo o juiz Pedro Camara Raposo, está também em fase de implantação na comarca a utilização do WhatsApp por parte de mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica, que passariam a ter um contato para o caso de o agressor violar as medidas protetivas da Lei Maria da Penha.

De acordo com o magistrado, dessa forma poderão ser evitadas ocorrências graves. "Numa situação de emergência, a ofendida dispararia uma mensagem simples para o número disponibilizado, acionando simultaneamente a Polícia Militar, para que compareça ao local, debelando a situação de crise, a Polícia Civil e o Judiciário que, caso positivada a ocorrência pela PM, poderá decretar a prisão preventiva e encaminhar a decisão respectiva para imediato cumprimento", contou.

A implantação está em fase de concepção do fluxo de informações, a fim de evitar redundâncias e falhas que comprometam a celeridade que se visa buscar.

INTIMAÇÕES

A escrivã do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) Fernanda Saliba tem realizado intimações via WhatsApp e, desde então, tem recebido por despachos determi-

nações para intimação das partes via telefone e pelo aplicativo.

"Neste ano, por volta do mês de abril, fiz a primeira intimação por WhatsApp. A intimação do réu promovido tinha retornado cumprida e a do autor promovente, não. Como não daria tempo para expedir mandado ou carta de intimação e o telefone informado no processo não atendia, cadastrei o número do celular informado no processo, enviei a mensagem informando a data e o horário para audiência. Com a comprovação da leitura, copiei a tela e juntei ao processo. A parte compareceu e a audiência foi realizada com sucesso", contou a escrivã.

GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

Para 2017, uma das metas do TJMG é iniciar a segunda fase do projeto Gravação de Audiências, com a expansão para as unidades judiciais da área criminal de todo o Estado. Em outubro deste ano, o Tribunal iniciou processo licitatório para compra de software e serviços necessários às gravações.

O sistema prevê a gravação audiovisual das declarações prestadas em audiências judiciais. Assim, em vez de as declarações serem ditadas pelo magistrado ao escrevente, tudo é gravado em mídia digital, o que agiliza as audiências. O sistema permite fazer marcações em partes importantes da gravação, que poderão ser consultadas pelo magistrado, posteriormente, de forma mais rápida.

A juíza titular da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, Andréa Miranda Costa, faz uso dessa ferramenta desde novembro de 2014. Na época, utilizava equipamento adquirido com recursos próprios. De lá para cá, já com equipamento fornecido pelo Tribunal, o número de audiências realizadas por mês saltou de 65 para 140, em média.

Entre as vantagens do sistema, a magistrada destaca o fim da necessidade de resumir as oitivas das testemunhas e os interrogatórios e o fato de o julgador em segundo grau ficar mais próximo da prova produzida, o que facilita o julgamento. "O juiz, como operador do direito, conhece os atalhos que uma nova ferramenta traz. Todo esse aparato tecnológico agiliza – e muito – a prestação jurisdicional", disse Andréa Miranda Costa.

MANDADO DE PRISÃO ELETRÔNICO

No final do mês de novembro, o TJMG implantou, em caráter experimental, o mandado de prisão eletrônico nas três Varas de Tóxicos de Belo Horizonte. A partir de agora, dada a ordem nos autos pelo magistrado, o mandado de prisão será expedido diretamente no sistema RUPE/BEMP, usado pelo Tribunal, e assinado digitalmente pelo juiz. O destaque dessa implantação é que o sistema usado pelo TJMG será interligado ao sistema da Polícia Civil mineira, agilizando de forma expressiva a comunicação das prisões. Além disso, a secretaria da Vara não mais fará a alimentação manual do BEMP/BNMP após efetivada a captura do indivíduo.

"Esse projeto experimental trará não só a diminuição significativa de trabalho das secretarias judiciais, mas a segurança da assinatura digital nos mandados de prisão expedidos e, principalmente, a agilidade da comunicação à polícia. Esses detalhes, aliados à informatização e interligação dos sistemas, tornam a justiça mais célere e confiável", afirmou a juíza Andréa Miranda Costa.

Na Central de Conciliação de Belo Horizonte, está em curso a validação de um sistema de informática para o pré-processual que permitirá expandir esse setor do CEJUSC/BH para outros parceiros. De acordo com o coordenador da Central, juiz Renan Carreira Machado, já houve uma reunião com coordenadores de 22 faculdades de Direito de Belo Horizonte para implantar um posto avançado do CEJUSC/BH em cada uma delas e atuar juntamente com os respectivos núcleos de prática jurídica.

O sistema permitirá o agendamento, processamento e armazenamento das sessões de conciliação pré-processuais, de modo simplificado, além de possibilitar o gerenciamento e o controle estatístico. Com isso, será possível superar os conflitos sem judicializá-los, contribuindo para a redução do acervo processual. "Mas não é só. O projeto fomentará também a pacificação e estimulará a mudança de paradigma, com a superação da cultura do litígio", destacou Renan Carreira Machado.

QUEBRA DE PARADIGMAS

Para o advogado e ex-desembargador do TJMG Fernando Botelho, as novas tecnologias, como as redes sociais, e o conceito ultrainovador da segurança criptográfica da informação trouxeram uma revolução, não só nos costumes, mas nos instrumentos de trabalho do juiz e na realidade dos processos. De acordo com ele, essas novas realidades, menos formalistas e estáticas que o papel, são hoje desafios para o trabalho do Judiciário, que precisa estar ambientado, por magistrados e servidores, em um conceito mais amplo de Justiça. "Não se faz isso, claro, sem sacrifícios institucionais e profissionais-pessoais. O processo eletrônico é um sacrifício necessário, como repositório dessa amplitude de provas. E a modernização dos critérios investigativos e do conhecimento dos fatos constitui outro ônus que a modernidade impõe", observou. Leia entrevista ao lado

A juíza Andréa Miranda Costa defende a ideia de que apenas a tecnologia encurta caminhos e quebra paradigmas. "O Judiciário deve se pautar pela presteza exigida pelo jurisdicionado. E pensar nisso, sem o uso da tecnologia, é impossível. É evidente que outras medidas de cunho pessoal e legal podem ser adotadas, mas sem o amparo da tecnologia, ficam rapidamente superadas", afirmou.■

GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO

A Comarca de Pará de Minas estuda o uso do WhatsApp por mulheres vítimas de violência

Informe Publicitário

A IMPORTÂNCIA DO PERITO DE ENGENHARIA NO AUXÍLIO À JUSTIÇA

Não é novidade que o Poder Judiciário se encontra sobrecarregado com um elevado e crescente número de processos, que ultrapassam a casa de 100 milhões no País. O novo Código de Processo Civil - CPC, que passou a vigorar a partir de 18 de março de 2016, trouxe muitas mudanças, inclusive quanto à prova pericial. Entretanto, destacou mais uma vez a importância do trabalho pericial na justiça, apoiando o Juiz nos casos em que a prova do fato depende de conhecimento técnico ou científico.

A prova pericial quando elaborada por profissional experiente e com domínio da matéria, embasada nas normas técnicas vigentes, traz como resultado um trabalho conclusivo e célere. Assim, auxilia sobremaneira o juiz a uma decisão assertiva; fato benéfico a todos, pois o magistrado resguarda sua decisão na opinião técnica de um profissional qualificado. O novo CPC alterou ainda a forma de designação do perito, que pode ser um profissional, órgãos técnicos ou científicos, a serem escolhidos pelo magistrado, a partir de uma lista de cadastro mantida pelo tribunal ou ainda escolhido pelas partes em comum acordo.

Incontestável, pois, a importância da função atribuída a esses profissionais, sendo exigidos pontos como qualificação, experiência prática e a necessária dedicação ao exercício de suas atividades. Entretanto, observa-se que, no novo CPC, foi deixada uma lacuna ao recepcioná-lo sem garantias de remuneração. Verifica-se que a função do perito constitui exercício profissional de natureza alimentar, ou seja, para seu próprio sustento, vez que, por ser profissional liberal, não possui salário fixo.

A título de exemplo, quando a atuação pericial se dá por nomeação, a remuneração do profissional fica a cargo de uma das partes, salvo se a parte incumbida do pagamento for beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita - AJG, o perito poderá ser remunerado pelo Estado, somente ao final do processo, e em valor que, muitas vezes, não cobre sequer o custo mínimo para a realização do trabalho. Essa imprevisão referente à remuneração do perito traz consigo o inevitável prejuízo da lista de profissionais que ficará à disposição do Judiciário nos casos da Assistência Judiciária Gratuita, o que torna imprevisível o nível de qualificação daqueles que se submeterão a esse tipo de regime.

Feita a revisão necessária relacionada à forma de remuneração do perito que serve à Justiça, como forma de contribuir com a sociedade quando a matéria trata da engenharia, acreditamos ser prudente sugerir meios que possam vir a ser acolhidos pelos Tribunais, como a adoção do Banco de Peritos dos associados a instituições conceituadas, como o IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, que congrega aproximadamente dois mil profissionais comprovadamente qualificados, das mais diversas áreas da engenharia, agronomia e arquitetura.

Tal entidade promove a difusão e a produção do conhecimento científico e conscientiza sobre a importância da certificação profissional. É reconhecida na sociedade e pelos próprios profissionais da área tecnológica. Para integrar o hall de associados é necessário atender a um rigoroso processo de seleção, onde se deve apresentar laudos que respeitem as normas técnicas vigentes e investir em capacitação permanente. Isso significa que, para escolha mais assertiva do magistrado, uma primeira garantia já estaria constituída, e também à sociedade, que receberá um serviço de qualidade técnica reconhecida.

Clémenceau Chiabi Saliba Júnior,
Presidente do Ibape-MG (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia)

Eduardo T. P. Vaz de Mello,
Vice-presidente do Ibape-MG (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia)

Ao final de mais um ano de muito trabalho e conquistas, o IBAPE deseja a todos os Magistrados um

Feliz Natal
e um 2017 repleto de realizações

IBAPE-MG

Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - MG.

TRE reprova novos prazos eleitorais

Insegurança jurídica traz instabilidade entre os eleitos

CLÁUDIA RAMOS/CCS TRE-MG

Corte do TRE-MG julga processo eleitoral

Mesmo avaliando que as eleições deste ano foram bem-sucedidas no Estado, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Geraldo Domingos Coelho, considerou que a diminuição de alguns prazos do calendário não foi boa para o processo eleitoral.

Nas últimas eleições, o prazo para julgamento dos registros de candidatura era de 45 dias antes da data do pleito. Em 2016, esse período foi reduzido para 20 dias. Para o presidente do TRE-MG, é necessário um prazo maior para que todas as situações relacionadas à legislação eleitoral sejam definidas antes da eleição, evitando a insegurança jurídica nos municípios sobre quem assumirá as cadeiras no legislativo e no executivo.

"Na realidade, o que vemos é que, a cada ano, a lei traz casuísmos que podem prejudicar o processo eleitoral. É importante que tenhamos uma legislação eleitoral consolidada e sem alterações frequentes, muitas vezes feitas sem muita reflexão", afirmou Domingos Coelho.

O julgamento das contas dos candidatos eleitos em até três dias antes da diplomação foi uma das mudanças no calendário que exigiu mais agilidade dos juízes eleitorais. Além do prazo mais curto, o fim das doações por pessoas jurídicas, limite na contratação de pessoal, obrigatoriedade de abertura de conta de campanha e identificação dos doadores de qualquer recurso, também passaram a ser analisados na prestação de contas.

Essas mudanças, entretanto, não tiveram grande impacto no trabalho da Justiça eleitoral uma vez que, de acordo com o secretário Judiciário do TRE-MG e mestre em Ciência Política pela UFMG, Diogo Mendonça Cruvinel, a informatização da prestação de contas agilizou a análise das informações fornecidas por partidos e candidatos, garantindo ainda mais precisão na aferição dos dados.

Com a informatização, a Justiça Eleitoral pôde fazer o cruzamento eletrônico de dados com diversos órgãos, tais como Receita Federal, Tribunais de Contas, Banco Central, Instituto Nacional de Seguridade Social e Juntas Comerciais.

Na avaliação de Diogo Mendonça, apesar de os partidos terem tido cerca de 40 dias a mais para definir quais seriam seus nomes na disputa, o tempo reduzido de campanha dificultou ao eleitor conhecer melhor os candidatos e suas propostas.

Para ele, além de garantir o direito ao voto é importante ainda promover o voto consciente, possibilitando que os eleitores tenham todas as informações referentes aos candidatos.

"Com um período menor de campanha, acabam sendo beneficiados aqueles candidatos que já possuem uma trajetória política ou aqueles que já são conhecidos pelos eleitores por outras razões (celebridades, jogadores de futebol, artistas, apresentadores de programas de rádio e televisão etc.), o que dificulta a entrada de novos políticos e, assim, a renovação da classe política com novos atores", avaliou. ■

RÁPIDAS

No dia 8 de novembro, o Governo de Minas outorgou a Medalha Santos Dumont a personalidades que contribuíram como o desenvolvimento de Minas e do País. Veja abaixo a relação dos magistrados homenageados.

Herbert Carneiro (presidente do TJMG)

Alice de Souza Birchal

Edilson Olímpio Fernandes

José Arthur de Carvalho Pereira Filho

José Flávio de Almeida

Juliana Campos Horta de Andrade

Júlio César Lorens

Pedro Aleixo Neto

Shirley Fenzi Bertão

Arnaldo Esteves Lima (ministro aposentado do STJ)

A juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, do Tribunal de Apelações do United Nations Appeals Tribunal da Organização das Nações Unidas, formalizou, no dia 18 de novembro, pedido de filiação à Amagis. A magistrada, que é titular da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, foi recebida pelo presidente Maurício Soares, acompanhada da psicanalista e mediadora Rita Andrea Guimarães.

Juiz Renato Zupo

ARQUIVO PESSOAL

PERFIL

Um leitor contumaz e obcecado por literatura. Assim se define o juiz Renato Zupo, da Comarca de Araxá, cujas primeiras histórias foram quadrinhos, poesias e letras de músicas escritas ainda na juventude.
Com o tempo e a formação acadêmica, dedicou-se a trabalhos científicos, tornou-se articulista de jornais impressos, blogueiro e, hoje, apresenta o programa "Entretanto", na internet.
Nem mesmo o contato com as novas mídias e o rigor da formação acadêmica foram capazes de afastar o juiz da sua grande paixão: a literatura.
Hoje, Renato Zupo tem três livros publicados – "Verdugo", "Rio da Lua" e "Monstruário - o Bestiário da Maldade", lançado recentemente pela editora Novo Século.

"Sou obcecado por literatura, um leitor contumaz, o que me impeliu desde cedo a escrever, primeiro, histórias em quadrinhos, depois, poesias, letras de músicas, isso tudo na juventude"

"Promovemos encontros e doação de livros para reeducandos do sistema prisional convencional e da APAC. A inclusão social através da literatura é algo muito bonito de se ver"

Qual sua relação com a literatura e quando o senhor encarou o desafio de escrever?

Sou obcecado por literatura, um leitor contumaz, o que me impeliu desde cedo a escrever, primeiro, histórias em quadrinhos, depois, poesias, letras de músicas, isso tudo na juventude. Depois me voltei para ensaios e trabalhos científicos, em periódicos e revistas jurídicas. Já magistrado, me tornei articulista de diversos jornais impressos e virtuais do Estado, blogueiro e video-blogueiro, e tenho um programa de Web TV, o "Entretanto", que procura explicar em linguagem simples o mundo do direito e o funcionamento do Estado para o cidadão leigo.

Então, resolvi experimentar a ficção. Comecei na Magiscultura (revista de cultura da magistratura mineira) com três contos publicados e muito bem recebidos pelos colegas. Depois, foram os romances, hoje três: Verdugo, Rio da Lua, e um terceiro agora lançado, "Monstruário - o Bestiário da Maldade", pela editora Novo Século. Nos romances e contos, escrevo sobre o que gosto: mistério, suspense, ficção de terror urbano e o gótico americano. Tenho especial predileção por dissecar a mente criminosa, em expor a fragilidade emocional do delinquente, sua psicopatia inevitável em certos casos. Isso transborda de minhas obras.

Quais as dificuldades para um autor novo entrar/ter acesso ao mercado editorial?

Muitas, mas já foram maiores. Aqui, há pouco investimento de editoras e agentes literários em novos autores. Sobram-nos plataformas via internet e contatos pessoais para tentar publicar através de editoras independentes e por meio de um sistema de coparticipação em que o editor registra a obra, faz a capa e a revisão, enquanto o autor divulga e arca com parte substancial das despesas editoriais.

Quais alternativas os novos autores podem encontrar para publicar seus livros?

Além da coparticipação, há o financiamento coletivo e a Lei de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet. Tenho projetos culturais ligados às minhas obras e financiados via substituição tributária - um dos grandes avanços legislativos em benefício dos artistas em geral. Além disso, há uma característica inclusiva quando você trabalha com o Minc (Ministério da Cultura). Proferimos palestras para crianças e adolescentes carentes de entretenimento de qualidade e viajamos o Brasil inteiro divulgando nossa literatura para um público financeiramente desfavorecido e fragilizado socialmente.

Organizamos eventos multimídia com música, gastronomia típica, tudo ligado à obra do autor. Doamos centenas de livros para bibliotecas, escolas públicas, e confeccionamos livros em braille e audiolivros. Promovemos encontros e doação de livros para reeducandos do sistema prisional convencional e da APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). A inclusão social através da literatura é algo muito bonito de se ver.

Como se organizam os autores independentes?

Geralmente, em grupos de financiamento coletivo e através de plataformas de internet para autores iniciantes, porque minimizam custos e ajudam na divulgação. Foi através de uma editora independente, a Livronovo, que cheguei à minha atual editora, a Novo Século. Um degrau leva a outro, e aí surgem os concursos literários, os festivais e bienais, a exposição midiática.

Qual o custo de uma publicação em uma editoria independente?

Dependerá muito do número de exemplares, qualidade da impressão, capa, gráfica, entre outros. Os valores oscilam demais, entre R$ 15 mil e R$ 40 mil, isso para uma tiragem de cerca de mil exemplares. As plataformas de internet para autores independentes têm tutoriais bastante didáticos esclarecendo custos e a forma de enfrentá-los. É imperioso que o autor iniciante não esqueça que a distribuição e divulgação da obra também pesam no orçamento.■

TJ estuda ações para doação de medula

Cerca de 300 amostras foram colhidas no Fórum Lafayette durante três dias

O TJMG pretende ampliar a campanha de cadastro para doação de medula óssea para todas as comarcas mineiras. A iniciativa foi anunciada pelo presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, no dia 7 de novembro, durante abertura da campanha promovida no Fórum Lafayette.

"No que depender do Judiciário mineiro, e se a parceria com a Hemominas permitir, essa campanha será estendida para os 296 fóruns das comarcas do interior", afirmou Herbert Carneiro, que pretende ainda apresentar a ideia ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com a juíza Maria Isabel Fleck, que idealizou a proposta após conversas como o engenheiro Carlos Orlando Yucif Maia – cujo filho é portador de uma doença rara –, a coleta de amostras no Fórum Lafayette amplia as chances de se encontrar doadores compatíveis devido à diversidade do público que frequenta o local. O fórum recebe aproximadamente 12 mil pessoas por dia.

Durante os três dias de campanha, promovida em parceria com o Hemominas, aproximadamente 300 pessoas, entre elas o juiz Marcelo Fioravante, diretor do Foro de Belo Horizonte, forneceram material para a realização do exame de HLA (Antígenos Leucocitários Humanos), que define o perfil genético de cada doador.

Para a juíza Maria Izabel, o sucesso da campanha só foi possível pelo empenho do presidente do TJMG, do diretor do Foro da Capital e pela parceria como o Hemominas, cujo diretor técnico-científico, Fernando Basques, participou da abertura da campanha. "Essa é uma iniciativa importante para humanizar muito o Judiciário, uma vez que somos muito cobrados de ver o lado da dor das pessoas", afirmou a magistrada.

Os interessados em se cadastrar como doadores de medula óssea devem procurar uma das unidades do Hemominas em Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre Uberaba e Uberlândia. Mais informações podem ser obtidas no site hemominas.mg.gov.br.■

RENATA CALDEIRA / TJMG

Marcelo Fioravante participa da campanha, com Maria Isabel e Herbert Carneiro

Solidariedade alegra Natal do Nutris

Crianças receberão presentes de cartas adotadas por magistrados

No dia 19 deste mês, as crianças e adolescentes do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) terão um motivo a mais para sorrir, pois, com a solidariedade da magistratura, receberão a visita do Papai Noel.

Dos dias 14 de novembro a 6 de dezembro, magistrados e servidores que frequentam os prédios do TJMG, na Avenida Afonso Pena, e da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais e o Fórum Lafayette adotaram cartinhas de Natal das crianças do Núcleo, com pedidos de bolas, bicicletas e bonecas, que compõe o universo infantil.

Outra inciativa importante para o Nutris foi a realização da feira de Natal beneficente promovida no Salão de Festas da Amagis, dos dias 30 de novembro a 2 dezembro, cuja parte da renda revertida à instituição irá custear parte dos gastos do final de ano, incluindo despesas de pessoal.

O Núcleo atende a aproximadamente 200 crianças e adolescente do bairro Mariano de Abreu, na região Leste de Belo Horizonte, que participam de atividades psicopedagógicas, psicomotoras, cognitivas e afetivas, visando à educação integral. Para contribuir com o Nutris, ligue para (31) 3079-3471.■

Colônia está pronta para as férias

Associados têm conforto em Nova Viçosa e podem se aventurar em Abrolhos

Com uma área verde de 50 mil metros quadrados, 22 apartamentos, 12 casas e área de lazer completa, a Colônia de Nova Viçosa está pronta para receber os magistrados nas festas de final de ano, férias e carnaval.

No segundo semestre, após vistoria do presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, quatro casas da colônia tiveram sua estrutura e os muros da área externa reforçados. Foram instalados ainda bancos de alvenaria nas varandas. Em 2014, outras quatro casas da unidade também passaram pelo mesmo procedimento.

Os imóveis de Nova Viçosa são equipados com TV, ar condicionado, frigobar e mobiliário completo. As casas, com três quartos, possuem sala lavanderia e varanda. Além de estar a poucos metros da praia, a colônia oferece, aos seus frequentadores, piscinas, bar de apoio, restaurante, sauna seca, salão de jogos com mesas de sinuca, totó, pingue-pongue, baralho e playground para as crianças.

Colônia oferece **34** unidades para hospedagem

RODRIGO QUINTEROS FERREIRA

Mergulho em Abrolhos é um dos atrativos da região

ATRATIVO

Um dos principais atrativos da Colônia de Nova Viçosa é o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, cujo acesso é feito por meio de barcos. A maioria dos passeios é feita em um dia (ida e volta), mas é possível ficar de 2 a 4 dias no local.

De dezembro a fevereiro, o mergulho é uma das principais atividades praticadas no arquipélago. São autorizados mergulhos livres, realizados em profundidades de até cinco metros, e o autônomo. Nessa modalidade, por motivo de segurança, o visitante precisa estar acompanhado de um condutor subaquático do parque.

Outra opção para quem deseja conhecer Abrolhos é a caminhada na Ilha Siriba, cujas marés determinam modificações nas condições do percurso ao longo do dia, e onde podem ser observados de perto ninhos de atobás e grazinas.

As reservas para as colônias da Amagis – Nova Viçosa, Cabo Frio, Ubatuba, Caxambu e Caldas Novas – podem ser feitas pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. Os sorteios de vagas para a alta temporada já foram realizadas, mas os interessados podem entrar em contato com a Amagis e verificar se ainda é possível hospedar-se em uma das unidades.■

RÁPIDAS

O desembargador Afrânio Vilela foi homenageado, no Dia Nacional da Liberdade, 10 de novembro, com o diploma e a medalha da Comenda da Resistência Cidadã, concedida pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A data marcou os 125 anos da faculdade.

O juiz Fernando Armando Ribeiro, diretor da Escola Judicial Militar do TJMMG, tomou posse, no dia 25 de novembro, na cadeira 34 da Academia Mineira de Letras Jurídicas, em cerimônia realizada no Automóvel Clube, em Belo Horizonte.

A 11ª Câmara Cível do TJMG homenageou, no dia 9 de novembro, a desembargadora Mariza de Melo Porto, que participou da sua última sessão no órgão por ocasião de sua aposentaria. Ela ingressou na magistratura em 1989 e tomou posse como desembargadora no dia 3 de junho de 2013.

O advogado Ricardo Matos de Oliveira tomou posse, no dia 9 novembro, como membro titular da Corte Eleitoral Mineira, na classe dos juristas. Oliveira foi nomeado no dia 1º do mesmo mês, pelo presidente da República Michel Temer.

Violência contra a mulher

Fórum reuniu especialistas de todo o País em Belo Horizonte

TIAGO PARRELA

Autoridades na abertura do Fonavid

Durante quatro dias, magistrados, juristas e especialistas discutiram a "Lei Maria da Penha - 10 anos. Gênero: Para Além da Questão Jurídica" na 8ª edição do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizado dos dias 9 a 12 de novembro, promovido pelo TJMG, como o apoio da Amagis.

Os debates foram divididos entre matérias da área criminal, cível e medidas protetivas, e abordaram políticas públicas, assuntos legislativos e celebração de convênios, intervenções em casos de mulheres em situação de violência, seus dependentes e homens envolvidos em violência doméstica.

Na plenária final, foi apresentado o relatório da gestão do Fonavid, votados os enunciados, eleita a nova direção e representantes regionais do fórum e escolhida a sede do IX Fonavid.■

Novos Fóruns

Comarcas de Coromandel e Vazante receberam modernas instalações

O TJMG inaugurou, no dia 17 de novembro, as novas instalações dos Fóruns das Comarcas de Coromandel e Vazante, no Alto Paranaíba. Os prédios têm dois pavimentos, elevadores, acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência física, ar condicionado em todas as salas e estacionamento próprio.

Participaram da solenidade, o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro; o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade, o 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Saulo Versiani Penna, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça, magistrados e autoridades da região.

Ainda em novembro, no dia 11, o TJMG informou que, no dia 15 deste mês, deverá publicar o ato de nomeação de 23 novos juízes aprovados no concurso para ingresso na magistratura, realizado em 2015. A posse dos futuros magistrados está prevista para o dia 13 de janeiro de 2017.■

Casa nova e tradicional

Corregedoria-Geral de Justiça instala sua sede no prédio da Rua Goiás

GEORGIA BAÇVAROFF

Herbert Carneiro, Wagner Wilson, Leite Praça e Geraldo Augusto

Tradicional endereço do Judiciário mineiro, o prédio da Rua Goiás (253), no Centro de Belo Horizonte, passou a sediar a Corregedoria-Geral de Justiça, cujas novas instalações foram inauguradas no dia 4 de novembro.

Na ocasião, foi inaugurada a foto do desembargador Antônio Sérvulo dos Santos na galeria de ex-corregedores.

No dia 27 de outubro, o TJMG inaugurou as novas instalações dos juizados especiais Cível e da Fazenda Pública de Belo Horizonte, no bairro Santa Efigênia.■

A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP

Imprevisibilidade do novo presidente gera dúvidas em todo o mundo

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

A eleição de Donald Trump, depois de uma campanha das mais baixas da história norte-americana, causou grande surpresa não só nos Estados Unidos, mas no mundo inteiro, subvertendo, sobretudo, a indústria da pesquisa e a maior parte da mídia.

Como disse Neil Munshi, colunista do *Financial Time*, subverteu não apenas o mundo político, "mas também os establishments Democratas e Republicanos e toda ordem geopolítica. Sua vitória parece representar um desafio para o modelo democrático ocidental."

John Carlin, renomado colunista do *El* País, logo após o triunfo do magnata inexperiente, xenófobo, sexista e racista, escreveu que não sabe como "...uma nação tão próspera, com uma democracia tão antiga, tenha cometido tamanho disparate, o que põe em questão como nunca a noção sagrada no Ocidente de que a democracia representativa é o modelo a ser seguido pela humanidade."

Causa espanto que o magnata tenha inúmeros negócios espalhados pelo mundo, entre outros países, China, Turquia, Panamá e Azerbaijão. Chama também atenção, que tenha chegado à Casa Branca com menos de um milhão de votos populares, embora com maioria no Colégio Eleitoral. Até sua posse, em 20 de janeiro, responderá junto aos Tribunais por 75 processos, alguns com acusações de várias mulheres por assédio sexual. Na verdade, nos últimos 50 anos, não há precedente de algum presidente chegar ao poder nessa situação. Segundo uma pesquisa feita pelo jornal "USA Today", Trump já esteve envolvido em mais de 4.000 processos. Na realidade, trata-se de uma "figura" que foge de todos os padrões, mas de grande sagacidade. Foi capaz de capitalizar a descrença e a revolta de uma grande fatia do eleitorado americano que se sentiu passada para trás por uma recuperação econômica seletiva e enganada por acordos comerciais que teriam subtraído seus empregos.

O discurso beligerante de Trump, suas falas caricatas, as besteiras econômicas que disse, as explosões de vulgaridade racistas, para muitos analistas, não se limitaram a uma estratégia de campanha. A mudança de rota, após o triunfo, configuraria o maior estelionato eleitoral da história.

A revisão do acordo de livre comércio com o México e o Canadá, ameaças à estabilidade da OTAN, distanciamento da Ásia como esfera de influência, flerte com a Rússia de Putin, desintegração do regime de não-proliferação nuclear e inflexão protecionista do comércio, entre outros, são temas que dificilmente passarão à margem do Legislativo e mesmo da Suprema Corte, que, historicamente, já deram provas de delimitar possíveis excessos. Enfim, não passarão pelo sólido sistema de freios e contrapesos da política norte-americana. É bem verdade que a maior parte de seus eleitores não está nem aí para o mundo exterior ou se o novo presidente vai cumprir suas promessas nessa seara. Seu eleitorado está focado nas questões de emprego, renda, segurança e amplo acesso ao crédito.

Quanto às consequências econômicas, sobretudo diante da imprevisibilidade do novo presidente, difícil fazer qualquer prognóstico. Em seu discurso da vitória, prometeu investimento maciço em infraestrutura, de sorte a gerar mais empregos. Além de expulsar os imigrantes, construir um muro na fronteira com o México e combater a entrada de muçulmanos, prometeu, ainda, cortar impostos e reduzir a regulamentação do setor financeiro Num primeiro momento, as bolsas mundiais, refletindo as incertezas, caíram. Logo depois, no dia 10 de novembro, o índice Dow Jones subiu 1,17%, com pontuação recorde de 18.807 pontos.

As ações das empresas de energia limpa (eólica e solar) desabaram, mesmo porque o bilionário disse não acreditar nas mudanças climáticas, fenômeno criado para favorecer os chineses. Assim, o índice *S&P 5OO Global Clean*, que mede o desempenho de 30 companhias de energia limpa, caiu 4,84%, no dia 9. No mesmo dia, o S&P 500, que reúne 500 empresas norte-americanas subiu 0,45%. As ações da Caterpillar, que produz equipamentos para mineração, subiram expressivamente, bem como os papéis de produtores de equipamentos pesados e de ferrovias.

Tudo de acordo com a linha de pensamento do futuro presidente. No Brasil, no dia 10, como era de se esperar, o dólar subiu 5%, para R$ 3,36, maior alta em 8 anos. A grande preocupação é se as políticas para infraestrutura irão ou não gerar inflação, o que levaria o BC dos EUA a subir os juros mais rapidamente, atraindo os investimentos que estão nos países emergentes.

Em suma, sonhar com uma guinada de 180% do discurso racista e antiglobalização do vitorioso constitui, no mínimo, otimismo exagerado, dado o seu caráter errático e vaidoso, revelado em suas falas absurdas e extremistas. Conforme realçou Vinicius Torres Freitas, todas as esperanças devem diminuir se o caldo laranja de Donald entornar sobre o Brasil. Para o mundo inteiro, como disse José "Pepe" Mujica, ex-presidente do Uruguai, só resta uma única palavra: SOCORRO!■

(*) Desembargador

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FERNANDA MARQUÊS

BÁRBARA MACHADO

Adoção

O Governo Federal prevê mudanças nas regras de adoção no País. O anteprojeto de lei do Ministério da Justiça propõe que o prazo seja fixado em 90 dias para o estágio de convivência entre os pretendentes e a criança. Nossos convidados são o juiz Leonardo Bolina Filgueiras, da Vara da Infância e Juventude e Execuções Penais de Betim, e Wellerson Eduardo Corrêa, defensor público (Foto).

Crimes por intolerância

Pesquisas apontam aumento de agressões verbais e físicas por conta de política, gênero, orientação sexual, religião e etnia. Denúncias de intolerância religiosa no Disque 100 cresceram 3.706% em cinco anos. Participam do programa, o advogado Fábio Piló, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG, e Flávio Sapori, sociólogo da PUC Minas.

Multiparentalidade

O STF reconheceu, juridicamente, a parentalidade socioafetiva. Nossos convidados são o desembargador Pedro Aleixo Neto, da 16ª Câmara Cível do TJMG, e Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família. A legislação civil tem hoje três hipóteses de parentalidade socioafetiva. Filhos biológicos e socioafetivos têm igualdade de direitos?

Tráfico de pessoas

O Marco Legal do Combate ao Tráfico de Pessoas, que já está em vigor no Brasil, é o tema do programa. Falam sobre o assunto, o juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad, membro da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, e a advogada Júlia Soares Amaral, especialista em Direito Internacional.■

Prisão em 2ª instância

O STF manteve decisão, por maioria apertada de 6 votos a 5, para permitir prisão após condenação em 2ª instância. Quando ocorre o trânsito em julgado no âmbito penal? Esse foi um dos questionamentos que fundamentou a discussão no plenário do STF. Participa do programa, o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG (Foto).

Bullying

Entrou em vigor, em fevereiro deste ano, a lei que obriga escolas e clubes a adotarem medidas de prevenção e combate à prática de bullying. O termo, em inglês, origina-se do verbo "bully" que significa ameaçar ou intimidar. Qual a responsabilidade dos pais e professores? O convidado para falar sobre a Lei Antibullying é o juiz Renato Zupo, da Vara da Infância e Juventude de Araxá.

Direito e Literatura

Cresce no mundo acadêmico e jurídico a iniciativa de pensar o Direito a partir da Literatura. É possível aprender e renovar o saber jurídico por meio dessa arte? Quem responde a essa pergunta é o juiz Fernando Armando Ribeiro, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. Ele também é coautor do livro Direito em Shakespeare e Cervantes, lançado em setembro deste ano.

Homenagem aos aposentados

Em edição especial, o Pensamento Jurídico fez a cobertura da homenagem feita pela a Amagis aos magistrados que se aposentaram em 2015 e atuaram na Justiça Estadual de Minas de Gerais. O evento aconteceu no dia 20 de outubro e homenageou, ao todo, 15 juízes e 8 desembargadores que receberam a placa reverencial como forma de reconhecimento pela dedicação à magistratura.■

TV ASSEMBLEIA
Sexta-Feira, às 23h
TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA
Sexta-feira, às 9h30
TV COMUNITÁRIA
Sábado, às 22h

YouTube **www.youtube.com/amagismg/videos**

lucasleiloeiro.com.br

fernandoleiloeiro.com.br

jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial

Publicidade

Suporte Jurídico

Site com 100.000 visualizações mês

Equipe especializada e Treinada

Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Femando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 femando@grupocrédito.com.br

Qualidade de vida

"Amor à Vida" oferece atendimento geriátrico aos associados

Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que, nas últimas 11 décadas, a expectativa de vida da população aumentou em 40 anos. Hoje, os habitantes no País vivem em média 75,4 anos. Com esse avanço, veio também o desafio de garantir qualidade de vida para essa parcela da população, que é cada vez mais ativa.

A geriatria é a especialidade dedicada à promoção da saúde das pessoas com 60 ou mais anos de idade. Empenhado em proporcionar uma vida saudável aos associados, o programa 'Amor à Vida', da Amagis Saúde, conta, em sua equipe, com o trabalho da médica geriatra Marcelle Maksud.

De acordo com a médica, atualmente, 50% dos atendimentos são geriátricos levando-se em consideração a idade dos pacientes. "A geriatria é uma especialidade que veio para atender uma demanda para a qual, até então, o Brasil não estava tão preparado", avaliou.

TIAGO PARRELA

Silvio Fontenelle em consulta com a geriatra Marcelle Maksud

Geralmente, o tratamento geriátrico é feito quando as pessoas apresentam algumas doenças estabelecidas. Entretanto, de acordo com Marcelle, o acompanhamento é importante mesmo quando a pessoa não possui enfermidade. "Fazemos a prevenção muito baseado no estilo de vida, nas doenças familiares, prevenindo, na medida do possível, alguns danos que podem ocorrer", observou.

Marcelle avaliou ainda que o tratamento geriátrico pode apontar para a necessidade do atendimento em outras especialidades. Nesses casos, os associados da Amagis Saúde podem ser atendidos pela equipe do 'Amor à Vida', que, com seu trabalho interdisciplinar, têm condições de realizar diagnóstico mais completo do quadro clínico de cada paciente.

Segundo a médica, um dos cuidados com os pacientes é manter a funcionalidade e sua autonomia, além do tratamento das doenças já existentes e a prevenção daquelas que podem ser adquiridas e evitáveis. "O médico geriátrico pode elencar os problemas, priorizando o tratamento de algumas doenças mais importantes e que trarão um impacto na vida do paciente", afirmou.■

DICAS

Inclusão de recém-nascido no plano de saúde

A inclusão de filho recém-nascido ou adotivo do associado inscrito na Amagis Saúde deve ser feita no prazo máximo de trinta dias. Portanto, é importante que usuário fique atento às normas estabelecidas no regulamento do plano. Veja abaixo algumas dicas da Amagis Saúde que podem facilitar sua vida.

CARÊNCIA

- **O filho será isento de carência caso um dos responsáveis legais tiverem cumprido o prazo de carência de 180 dias;**
- **Quando o prazo máximo de 180 dias não tiver sido cumprido, o filho deverá cumprir a carência que ainda falta a ser cumprida pelo representante legal;**

DOCUMENTAÇÃO

- **Requerimento solicitando a inscrição da criança no plano. O formulário está disponível no site amagissaude.com.br.**
- **Certidão de nascimento e CPF do recém-nascido**

Obs.: É importante que os dados do titular estejam atualizados

DÚVIDAS

- **Mais informações podem ser obtidas no pelos telefones (31) 3079-3482 ou 3079-3499, ramal 3421, e pelo site amagissaude.com.br**

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixôto
Diretor de Saúde
Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Maria Luiza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

40 anos AMAGIS Saúde

Campanha debate saúde do homem

TIAGO PARRELA

Diretores da Amagis e magistrados no Fórum Lafayette

Amagis promoveu o 'Novembro Azul' no Fórum Lafayette

Idealizada em 2011, incialmente com o propósito de alertar a população masculina sobre os riscos do câncer de próstata, a campanha Novembro Azul ampliou, a partir deste ano, o debate sobre a saúde do homem, dos quais, no Brasil, 31% não têm o hábito de ir ao médico e 55% afirmam que não precisam se consultar, segundo dados do Ministério da Saúde.

Comprometida com a promoção e qualidade de vida dos magistrados, a Amagis Saúde aderiu à campanha Novembro Azul e, durante o mês de novembro, isentou a cobrança da taxa de coparticipação, de 25%, do usuário do plano que realizou o exame o exame PSA (Antígeno Protástico Específico, na sigla em inglês).

Ainda em novembro, no dia 8, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, foram ao Fórum Lafayette, acompanhados da equipe da Amagis Saúde, para distribuir aos magistrados pastas de histórico médico para guardar resultados de exames, receituários e atestados.

31%
não têm o hábito de ir ao médico

Entre as várias doenças que afetam os homens da infância à terceira idade, estão a infecção urinária, fimose, diabetes, hipertensão arterial, disfunção erétil, arritmia cardíaca e o acidente vascular cerebral (AVC). Em todos os casos, hábitos de vida saudável e a prevenção são a melhor medida para evitar esses males. Veja ao lado alguns exames que os homens devem fazer ao longo da vida.■

Check-up do homem

20 a 35 anos

- Pressão arterial: afere os níveis de pressão arterial de um indivíduo para identificar hipertensão e fatores de risco para doenças cardiovasculares
- Ultrassom de abdômen: exame identifica pedras biliares e verifica a condição renal
- Hemograma: avalia o nível de substância e nutrientes presentes no sangue, como a taxa de lipídios, triglicerídeos, colesterol e glicose. Também identifica casos de anemia e infecções
- Exame de urina: avalia os níveis de substâncias na urina, como glicose, assim como a taxa pH. Além de identificar sinais de desidratação, também pode atestar infecções
- Testes rápidos de Doenças Sexualmente Transmissíveis: diagnostica HIV, hepatites B e C, e sífilis.

35 a 45 anos

- Além dos exames que já eram feitos anteriormente, também são necessários:
- Teste de glicemia (hemograma): verifica o nível de glicose e diagnosticar o diabetes
- Teste de tireoide (hemograma): avalia os níveis do hormônio da tireoide (TSH) no sangue. Taxas inadequadas são indícios de hipotireoidismo

A partir de 45 anos

- Teste de PSA (hemograma): atesta a taxa do antígeno prostático específico (PSA), que é uma substância produzia pelas células da próstata. Níveis elevados desse composto podem ser sintomas de problemas no órgão.
- Ultrassom de próstata: verifica anomalias no órgão, como o aumento de tamanho.

A partir de 50 anos

- Colonoscopia: avalia órgãos e mucosas do sistema digestivo e detecta anomalias, como nódulos e ressecamentos. A intenção é diagnosticar doenças ainda nos estágios iniciais
- Doppler: permite a avaliação do sentido do fluxo sanguíneo e a circulação.

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

ANS Nº 41669-0